

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)



# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Emely Guarez  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 2  
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins  
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-447-4

DOI 10.22533/at.ed.474200710

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –  
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O campo de estudos sobre as políticas públicas evoluiu ao longo dos séculos XX e XXI de modo reflexivo aos movimentos pendulares de maximização e minimização do tamanho do Estado nos contextos nacionais, apresentando um conjunto peculiar de instrumentos teórico-metodológicos multidisciplinares com finalidades não apenas descritivas, mas também prescritivas em uma realidade permeada pela complexidade.

Partindo de reflexões do campo de Políticas Públicas, a presente obra, intitulada “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 2”, configura-se por robusta coletânea de pesquisas empíricas relacionadas às áreas de Educação e Saúde, as quais possuem ricas e diferenciadas abordagens por meio de recortes metodológicos e teóricos próprios, demonstrando assim a riqueza do campo de estudos de políticas públicas.

Estruturado em 22 capítulos, o livro é o fruto de um trabalho coletivo de um perfil plural de profissionais comprometidos com os estudos empíricos de políticas públicas, o qual é caracterizado pelas distintas experiências de 48 pesquisadoras e 13 pesquisadores oriundos, nacionalmente, de todas macrorregiões brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), e, internacionalmente, da Colômbia.

A organização desta obra obedeceu a um sequenciamento temático, de modo que apresenta uma panorâmica visualização das mais clássicas políticas sociais por meio, respectivamente, um eixo de discussões sobre políticas públicas relacionadas à Educação nos primeiros 12 capítulos, e um segundo eixo temático de discussões na área de Saúde nos 10 capítulos seguintes.

No primeiro eixo, a temática educacional é explorada por meio de capítulos que versam sobre assuntos variados, como política educacional nacional, ensino básico, ensino médio e ensino superior, representações visual e de competências linguístico-comunicativas, enfoques gerenciais na educação, equipes multidisciplinares e monitoria colaborativa no contexto educacional.

No segundo eixo, a Saúde é explorada desde enfoques macroanalíticos que exploram políticas nacionais específicas, gestão na Saúde Pública zika vírus no Brasil ou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) até se chegar a enfoques microanalíticos de estudos de casos em ambiente hospitalar ou em unidades sanitárias ou mesmo sobre participação discente em diferentes estados brasileiros.

Com base nestes 22 capítulos, este livro apresenta variadas discussões sobre a realidade da Educação e da Saúde em suas matrizes como políticas públicas centrais no contexto do welfare state brasileiro, Estado de Bem Estar Social, em plena dinâmica de mutação que combina a hibridez sociocultural de tradicionalismos e novidades, bem como continuidades e mudanças.

Diante das diferentes contribuições ora apresentadas em linguagem fluida e acessível, este livro é direcionado para um amplo público leigo ou mesmo para profissionais e acadêmicos que buscam a especialização, razão pela qual estão todos convidados a explorarem o campo das políticas públicas em Educação e Saúde à luz de uma instigante leitura multidisciplinar fundamentada por diferenciadas análises e por um pluralismo teórico-metodológico que visam apreender a complexidade das realidades empíricas.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A ATUAÇÃO COLABORATIVA ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O TERAPEUTA OCUPACIONAL: AÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Orlando Sérgio Pena Mourão Junior

Lorena Costa Branco

Samantha Hanna Seabra Castilho Simões

**DOI 10.22533/at.ed.4742007101**

### **CAPÍTULO 2..... 12**

A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETO EM CURSO

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Elis Regina dos Santos Viegas

**DOI 10.22533/at.ed.4742007102**

### **CAPÍTULO 3..... 22**

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Bernarda Elane Madureira Lopes

Clara Tatiana Dias Amaral

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira

Ivanise Melo de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.4742007103**

### **CAPÍTULO 4..... 34**

SUBVERSÃO EM PERFORMANCE NA ESCOLA PÚBLICA E DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS CULTURAIS

Thiago Camacho Teixeira

**DOI 10.22533/at.ed.4742007104**

### **CAPÍTULO 5..... 49**

O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAIS) À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA

Adelcio Machado dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.4742007105**

### **CAPÍTULO 6..... 63**

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA CUMPRIMENTO DA META 12 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Angelo Luiz Cortelazzo

Carlos Vogt

**DOI 10.22533/at.ed.4742007106**

### **CAPÍTULO 7..... 75**

CONSTRUINDO UMA GESTÃO PARA RESULTADOS: IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Wagner Pires da Silva

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo  
Gilmária Henllen Gondim Gomes  
Erlene Pereira Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.4742007107**

**CAPÍTULO 8..... 86**

**POLÍTICAS PÚBLICAS GERENCIALISTAS: EFEITOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Renata Machado  
Márcia Barros de Sales

**DOI 10.22533/at.ed.4742007108**

**CAPÍTULO 9..... 98**

**MONITORIA COLABORATIVA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURSO DE PEDAGOGIA**

Luzileida Sousa Correa  
Ana Paula Vieira e Souza

**DOI 10.22533/at.ed.4742007109**

**CAPÍTULO 10..... 111**

**AS INTERVENÇÕES DO PIBID ATRAVÉS DA ANÁLISE DE IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO CENTRO EDUCACIONAL 30 DE JUNHO**

Ana Paula de Oliveira  
Adriano Andrade de Abeu  
Jean da Silva Santos  
Marize Daminana Moura Batista e Batista

**DOI 10.22533/at.ed.47420071010**

**CAPÍTULO 11..... 122**

**AS REPRESENTAÇÕES DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICO-COMUNICATIVA CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES PARAENSES DE INGLÊS**

Makoy Santos da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.47420071011**

**CAPÍTULO 12..... 134**

**FOTOJORNALISMO E GUERRA NA COLÔMBIA: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS INDÍGENAS AWÁ**

Ana Luisa Fayed Sallas  
Claudia Solanlle Gordillo Aldana

**DOI 10.22533/at.ed.47420071012**

**CAPÍTULO 13..... 149**

**A PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE CACOAL-RO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Izabela Beatriz Santos Gomes Silveira  
Beatriz Moutinho Bosso  
Letícia Rodrigues de Souza Leal  
Natalia Liz Ribeiro dos Santos

Juraci Tostes Pereira da Gama  
Hítalo Calaça Aguiar  
Maria Paula Cezar Silva  
Keila Cassimiro Cordeiro Lipke  
Celeste Santos Martins  
Weliton Francisco Medeiros da Silva  
Ana Karolina Monge Silva Romano Mendonça  
Sheila Carminati de Lima Soares

**DOI 10.22533/at.ed.47420071013**

**CAPÍTULO 14..... 156**

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI**

Thuanny Mikaella Conceição Silva  
Gicinayana Luz Sousa Pachêco Bezerra  
Erika Ravena Batista Gomes  
Mirna Albuquerque Frota  
Shearley Lima Teixeira  
Maria dos Remédios Beserra  
Solange Maria Teixeira

**DOI 10.22533/at.ed.47420071014**

**CAPÍTULO 15..... 167**

**IMPACTO DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS DO COSEMS/CE SOBRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE**

Márcia Lúcia de Oliveira Gomes  
Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago  
Mere Benedita do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.47420071015**

**CAPÍTULO 16..... 174**

**A POLÍTICA DE MONITORAMENTO E GESTÃO POR RESULTADOS DO PACTO PELA SAÚDE (PPS) EM PERNAMBUCO**

Maria Fernanda Gomes Ribeiro de Andrade  
Flávia de Oliveira Antunes

**DOI 10.22533/at.ed.47420071016**

**CAPÍTULO 17..... 182**

**SAÚDE MENTAL NA POLICLÍNICA: REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UMA ÁREA DESCENTRALIZADA DE SAÚDE**

Francisco Anderson Carvalho de Lima  
Camila Mascarenhas Moreira  
Malbia Oliveira Rolim Barbosa  
Francisca Verônica Moraes de Oliveira  
Tauanaiara Nogueira de Moraes  
Sergiana de Sousa Bezerra  
Adriano Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.47420071017

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>191</b>
ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	
Michele Cardoso Corrêa	
Naiane Barreto de Melo	
Júnia de Castro Flores	
DOI 10.22533/at.ed.47420071018	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>203</b>
PAGAMENTO POR DESEMPENHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE NO PACTO PELA SAÚDE (PS) ENTRE 2006 E 2011: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DO CICLO DE VIDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Edmar Aparecido de Barra e Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.47420071019	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>223</b>
CONTROLE INTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: AÇÕES DO DENASUS	
Maria do Socorro Litaiff Rodrigues Dantas	
Maria do Socorro Pinto Brígido	
Ednir Dantas de Castro Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.47420071020	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>231</b>
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM	
Liana Dias Martins da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.47420071021	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>242</b>
ZIKA VÍRUS: ANÁLISE, DISCUSSÕES E IMPACTOS NO BRASIL	
Letícia Bugança Stelute	
Gabriela Caroline Coelho Canossa	
DOI 10.22533/at.ed.47420071022	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>251</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>252</b>

# CAPÍTULO 5

## O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAIS) À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Adelcio Machado dos Santos**

Engenharia e Gestão do Conhecimento  
(UFSC).

Gestão do Conhecimento (UFSC).

Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu”  
em Desenvolvimento e Sociedade e em  
Educação da Universidade Alto Vale do Rio do  
Peixe (Uniarp).  
Florianópolis (SC) Brasil.

**RESUMO:** A avaliação da educação superior constitui-se temática sobre o modo perquirida no Brasil. Posto que a seu histórico seja recente, muito já foi produzido e questionado em termos de necessidade de avaliação da educação superior e como ela deve se operacionalizar. O modelo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sucede e abrange o Exame Nacional de Cursos constituindo-se pelos programas de avaliação dos cursos de graduação, das instituições de educação superior e do desempenho do aluno. Todavia, até as análises axiológicas da matéria não lograram suplantar o paradigma instrumental. Esta pesquisa colima verificar se a avaliação da educação superior se sintoniza com a Política Jurídica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação, Educação Superior, Política Jurídica.

### THE NATIONAL SYSTEM FOR EVALUATING HIGHER EDUCATION (SIGNS) IN THE LIGHT OF LEGAL POLICY

**ABSTRACT:** The evaluation of higher education is a theme about the way acquired in Brazil. Since its history is recent, much has already been produced and questioned in terms of the need to evaluate higher education and how it should be made operational. The model of the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES), instituted by Law nº 10.861, of April 14, 2004, succeeds and covers the National Examination of Courses, consisting of the programs of evaluation of undergraduate courses, institutions of higher education and student performance. However, even the axiological analyses of the subject did not succeed in supplanting the instrumental paradigm. This research collima verifies if the evaluation of higher education is in tune with the Legal Policy.

**KEYWORDS:** Evaluation, Higher Education, Juridical Politics.

### 1 | INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) emerge como um modelo inovador de avaliação das instituições de educação superior, criado a partir da reformulação do antigo Exame Nacional do Ensino Médio e dos pressupostos do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). O Exame Nacional de

Cursos foi extinto pelo fato de estar permeado de diversas contradições, além de o mesmo, repassar informações equivocadas à população.

Conforme expõe Ristoff et al. (2003a) um conceito “A” não quer dizer excelente e um “E” não quer dizer péssimo. Um exemplo disso pode ser verificado nos resultados de 2002: a nota 41,3 em Administração é A, já a nota 48,6 em Odontologia é E. Portanto, constata-se que os conceitos divulgados à população, supostamente indicativos de qualidade, não expressam a real qualidade dos cursos, gerando desinformação e desorientação da sociedade. O resultado do Exame Nacional de Cursos (ENC) também era influenciado pela postura do avaliado, o que impede, por exemplo, em caso de boicote ou de premiação, a mensuração da realidade. Ademais, a realização do ENC implica em elevado custo, enquanto que sua abrangência é restrita.

No ano de 2002, o ENC avaliou em torno de cinco mil cursos, mas existem atualmente cerca de 14 mil cursos de graduação no Brasil. Desse modo, esse exame não conseguia avaliar a diversidade do sistema e o seu crescimento. O custo do ENC, também no ano de 2002, foi de cerca de R\$ 35 milhões. Para alcançar a abrangência de todo o sistema, os recursos financeiros teriam que ser muito superiores, com resultados que não justificam a realização de um investimento desse valor.

Esse aspecto, por si só, já se apresenta como um importante argumento que evidencia a conexão do Exame Nacional de Cursos com a Política Jurídica do país. De acordo com Melo (1998), as normas do direito, de caráter ideológico e axiológico, pressupõem a existência de requisitos para sua validade formal. Isso significa que uma norma, para ter sua validade material legitimada, necessita estar em conformidade com os valores da justiça<sup>1</sup> e da utilidade social.

A política jurídica possui uma função mediadora, ou seja, possibilita a intercomunicação entre a Política e o Direito, como espaços suscetíveis de permanentes e desejáveis influências recíprocas. Ela atua em três dimensões, a saber: epistemológica, ideológica e operacional. Na dimensão epistemológica da Política Jurídica destaca-se seu papel crítico e desmistificador. No que tange a dimensão ideológica da Política Jurídica, pode-se salientar, por um lado à recuperação do conceito de ideologia como sistema aberto, objetivando a orientação de comportamentos e a seleção de alternativas. A terceira dimensão da Política Jurídica compreende o agir operacional, a realização de uma ideia, de um querer (MELO, 1994).

1. O enquadramento do “justo” e do “injusto” implica em uma questão ética. Por esse motivo é possível encontrar uma discussão feita no terreno jurídico, com um vasto conteúdo moral. Muitos são os juristas que consideram a questão do justo e do injusto como a mais importante para o estudo do próprio Direito. É fundamental a separação entre o justo e o útil, sendo que essa diferença radical está comprovada pela consciência moral e jurídica que obriga continuamente a distinguir entre a vantagem material e o imperativo do dever (CARREIRO, [s/dj]). De acordo com Melo (2000, p. 55), o termo justiça é essencialmente polissêmico, sendo que possui vários significados de uso corrente: “1. A ordem nas relações humanas; 2. Conformidade da conduta a um sistema de normas morais e jurídicas; 3. Valor fundamental do Direito e por isso, objetivos permanentes de toda ação político-jurídica; 4. Virtude da norma jurídica ao estabelecer equilíbrio no conflito de interesses; 5. Aplicação do princípio de igualdade na distribuição de direitos e deveres; 6. Uma organização judiciária (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, etc.) ou o aparelhamento destinado à aplicação do Direito (procurar a Justiça)”.

A atividade criativa desempenhada pela Política Jurídica representa o sopro vivificador que deve bafejar os sistemas dogmáticos. Ao exigir a justificação, não somente da norma, mas também de seus processos de elaboração e aplicação, a ação da Política Jurídica resultará na correção de normas, bem como na reconceituação para servir às reais necessidades do viver (MELO, 1998).

## 2 I AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A construção de uma norma jurídica deve necessariamente estar pautada nos valores jurídicos. Os valores não ocorrem em si e por si mesmos, sem vinculação aos setores institucionais: eles provêm da experiência institucional e nela se realizam. São definidos como entidades metafísicas, mas não se encontram se não dentro daquela experiência (SALDANHA, 1998).

Ao pensar nos valores dos diversos setores o que importa é discernir suas peculiaridades: os valores religiosos não se confundem com os políticos, os pedagógicos se distinguem dos jurídicos. Todavia, conforme Saldanha (1998), isso não impede que dentro de um ordenamento jurídico se encontrem valores econômicos, ou que um sistema político oculte valores teológicos.

Como se observa a Política Jurídica tem uma função fundamental na análise das normas jurídicas, para que as mesmas sejam construídas com base nos valores de justiça e da utilidade social.

Dessa forma, no intento de melhor estruturar o sistema de avaliação da educação superior, fazendo com que o mesmo não objetive exclusivamente o controle o julgamento das instituições, bem como sua classificação no *ranking* das que melhor ou pior atendam as necessidades do mercado, foi desenvolvido um novo método de avaliação o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Conforme o relatório da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a construção do SINAES deu-se a partir do trabalho da Comissão Especial de Avaliação (CEA), indicada pela Portaria MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003, com o objetivo de analisar, oferecer subsídios, construir recomendações, propor critérios e estratégias para reformular os processos e políticas de avaliação da educação superior, bem como elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios empregados (CONAES, 2004a).

O relatório final elaborado por essa comissão especial manifesta o resultado da experiência de avaliação desenvolvida e acumulada pelas instituições de ensino superior no Brasil, desde a metade da década de 80, em meio a uma extensa reflexão acerca da literatura e da prática avaliativa em âmbito internacional (CONAES, 2004b).

O SINAES tem como características básicas à avaliação participativa, a integração, o rigor, a eficácia informativa, a flexibilidade a institucionalidade (VALLE, 2009). Com

isso, pretende-se alcançar uma avaliação mais completa e global, e não essencialmente pontual como a que era realizada pelo Exame Nacional de Cursos. Desse modo, o SINAES ampliará as informações relacionadas às instituições, cursos e programas, além de informar a sociedade com mais exatidão, com mais frequência e de forma mais abrangente.

Ressalte-se também que o SINAES engloba todas as instituições de educação superior em processo permanente. Isso significa que a avaliação se configure como um processo construtivo e formativo. Com isso, o campo da avaliação é ampliado, quanto à temática, ao universo institucional, aos agentes e aos objetivos. Devido ao fato de ser permanente e englobar toda a comunidade, a cultura de avaliação em todo o sistema de educação superior é desenvolvido (CONAES, 2004a).

Ao participarem do processo como sujeitos da avaliação, os indivíduos que formam a comunidade acadêmica de educação superior tornam-se comprometidos com as transformações e modificações no patamar de qualidade. Ademais, o SINAES se encontra fundamentado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma das instituições educacionais, bem como de sua totalidade (CONAES, 2004a).

Os principais indicadores a serem levados em conta pelo SINAES para avaliar o ensino superior compreendem a missão institucional, à vocação, à política de seleção, contratação e capacitação do corpo docente e técnico, à política de aquisição de acervo bibliográfico, à inserção social e o compromisso com a justiça, o compromisso com o avanço das artes e das ciências, à infraestrutura, à forma, enfim, diversos indicadores para conduzir os destinos da instituição.

A administração do SINAES está sob-responsabilidade da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), criada pelo Ministério da Educação. Essa comissão coordena todo o processo, assegurando maior uniformidade de orientação e procedimentos, além de ser responsável por definir a política de recrutamento e capacitação dos avaliadores.

## **2.1 Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: principais inovações**

A Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências, representa a tentativa de estruturar um modelo de avaliação do ensino superior condizente com as necessidades de melhorar a qualidade dos cursos e das instituições de educação superior. Essa lei tem o objetivo de garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes (BRASIL, 2004a).

Parte-se do entendimento de que a instituição de novas leis represente sempre uma tentativa de acompanhar a evolução da sociedade, por meio do aperfeiçoamento dos institutos jurídicos para atender o surgimento de novas demandas. Nesse sentido, torna-se importante avaliar essas leis para saber se sua instituição realmente é relevante no âmbito jurídico.

O Direito e suas leis devem, na realidade, constituir-se como instrumentos de transformação social como argumenta Melo (1994).

O Art. 2º (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) dispõe que o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar: a autoavaliação institucional e a avaliação externa, efetuando uma análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; o caráter público de todos os procedimentos e resultados dos processos avaliativos; o respeito à identidade e as especificidades de instituições e de cursos; a participação de toda a comunidade universitária (corpo discente, docente e técnico-administrativo) e da sociedade civil, por intermédio de suas representações (BRASIL, 2004a).

No Art. 3º (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) determina as dimensões que devem se constituir como o foco da avaliação institucional e que assegurem, de forma simultânea, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição (BRASIL, 2004a).

Compreende a primeira dimensão a missão e o plano de desenvolvimento institucional, ou seja, identifica o projeto e a missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.

Engloba a segunda dimensão a política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, considerando também, os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão.

A terceira dimensão diz respeito à responsabilidade social da instituição, principalmente no que concerne à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Já na quarta dimensão, a comunicação com a sociedade está identificada nas formas de aproximação entre as instituições de educação superior e a sociedade, de tal modo que a comunidade participe da vida acadêmica ativamente e receba melhoria das condições de vida.

A quinta dimensão concerne às políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho (CONAES, 2004a).

No que tange a sexta dimensão, esta compreende a gestão da instituição, o funcionamento e a representatividade dos colegiados e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios (CONAES, 2004a).

A sétima dimensão está ligada a infraestrutura física – de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, sendo analisada se as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da IES.

A dimensão do planejamento e avaliação dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional é a oitava dimensão. São considerados elementos que participam de forma conjunta do processo de gestão da educação superior (CONAES, 2004a, p. 7).

A nona dimensão da avaliação institucional compreende as políticas de atendimento aos estudantes. Apresenta a maneira como os estudantes são integrados à vida acadêmica pela instituição e os programas por meio dos quais a IES procura atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

A décima dimensão trata da sustentabilidade financeira, visando o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Avaliam-se a habilidade de gestão e administração do orçamento, as políticas e estratégias de gestão acadêmica, voltadas para a obtenção da eficácia no emprego e na obtenção dos recursos financeiros indispensáveis ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas (BRASIL, 2004a; CONAES, 2004a).

Não se trata simplesmente de avaliar instituições, mas também colaborar no intento de que a partir dos resultados dessa avaliação possam ser extraídas ideias de melhoria dos processos institucionais (BRASIL, 2004b).

## **2.2 Concepção de avaliação do SINAES**

A concepção de avaliação construída no SINAES apresenta três características fundamentais: a avaliação se configura como instrumento de política educacional; a avaliação institucional tem efeitos regulatórios; e a avaliação pressupõe a participação e a vigência de princípios éticos na educação superior.

No que concerne à avaliação como instrumento de política educacional, tem-se que a legislação vigente consolida a avaliação como um dos instrumentos para assegurar a qualidade do sistema de educação superior. Os processos avaliativos são entendidos como subsídios essenciais para a formulação de diretrizes nas políticas públicas de educação superior e, também, para a gestão das instituições, tendo em vista a melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimento e da extensão, em conformidade com as definições normativas de cada tipo de instituição e as opções de cada estabelecimento de ensino (CONAES, 2004a).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 9º, inciso VI, já havia explicitado a responsabilidade da União sobre a realização da avaliação. Conforme determina o referido dispositivo legal, a União deve avaliar o rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, contanto, que para tanto, haja a colaboração dos sistemas de ensino, visando à definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

A avaliação institucional configura-se como a grande impulsionadora de transformações no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento,

concretizado na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão. Assim, auxilia na formulação de caminhos para modificar a educação superior, ressaltando o compromisso desta com a construção de uma sociedade melhor e menos excludente (CONAES, 2004a). Para tanto, a avaliação institucional (interna e externa) deve permitir a construção de um projeto acadêmico pautado em princípios como a gestão democrática e a autonomia, no intento de consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da IES.

A avaliação não é um fim em si, mas um dos instrumentos do qual o poder público e a sociedade fazem uso para dimensionar a qualidade e a relevância das IES, cabe diferenciar quais as atribuições de avaliação do SINAES, e quais as de regulação do Estado. O esgotamento da avaliação se dá a partir do momento em que os efeitos regulatórios são assumidos pelo Poder Público, em virtude dos resultados da avaliação.

Outro aspecto que é característico da avaliação proposta pelo SINAES, além de integração e da articulação, é a participação. Na realidade, a participação é uma exigência ética que chama a todos os membros da comunidade acadêmica de educação superior, das instâncias institucionais, de setores governamentais ou da sociedade, a se comprometerem com as ações avaliativas, respeitando-se os papéis e as competências científicas, profissionais, formais, políticas, administrativas e éticas das diversas categorias.

### **2.3 Instrumentos e procedimentos de implementação do SINAES**

Os instrumentos de avaliação da educação superior empregados pelo SINAES compreendem três processos diferenciados, quais sejam: Avaliação das instituições; Avaliação dos cursos de graduação; e Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

Eles abordarão dimensões e indicadores específicos no intento de identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e instituições, promovendo a melhoria da sua qualidade e, assim, da própria formação dos estudantes, além de fornecer à sociedade informações acerca da educação superior no país (CONAES, 2004a).

Alguns princípios são considerados pelo SINAES para promover a qualidade da educação superior, bem como a orientação da expansão da sua oferta, o aumento constante da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, principalmente, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais (INEP, 2015a).

Esses princípios fundamentais compreendem basicamente:

- a responsabilidade social frente à qualidade da educação superior;
- o reconhecimento da diversidade e das especificidades do sistema;
- a consideração da identidade, da missão e da história das instituições;
- a globalidade institucional, em virtude do emprego de um conjunto relevante de indicadores, considerados em sua relação orgânica; e

- a continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e para o sistema de educação superior em seu conjunto.

## 2.4 Avaliação das instituições

São várias as informações consideradas na avaliação das instituições: os resultados da Avaliação dos Cursos de Graduação; do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE); as informações adicionais advindas do Censo da Educação Superior; as informações contidas no Cadastro da Educação Superior; as informações de relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação, entre outras (CONAES, 2004a).

Segundo o CONAES (2004a), a avaliação das instituições representa um dos componentes fundamentais do SINAES. A avaliação institucional será efetuada por duas vias: autoavaliação institucional e avaliação institucional externa.

Em relação à autoavaliação institucional, a mesma será efetuada pelos professores, alunos e demais profissionais da instituição, com base em um roteiro mínimo, elaborado pela CONAES, o qual deve ser seguido por todas as instituições de ensino superior. A autoavaliação será realização de modo constante, como etapa preparatória para a avaliação externa. A qualquer tempo, os resultados dessa avaliação podem ser publicados pela instituição e deverão fazer parte do relatório a ser submetido a cada três anos ao CONAES (INEP, 2015a). A autoavaliação deve ser conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação e a avaliação externa é efetuada por comissões externas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), segundo diretrizes da CONAES.

Na autoavaliação, em primeiro lugar, respeitadas as diferentes missões institucionais, visa avaliar a instituição enquanto uma totalidade integrada que possibilita a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais, com o fim de alcançar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional. Em segundo lugar a autoavaliação privilegia a prática educativa no intento de gerar, nos membros da comunidade acadêmica, a autoconsciência de suas qualidades, bem como dos problemas da instituição e dos desafios que se colocam frente a ela no presente e no futuro. Para a realização dessa forma de avaliação são estabelecidos mecanismos institucionalizados e participativos (CONAES, 2004).

O documento do SINAES, assim esclarece a avaliação interna (INEP, 2015b):

- A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da insti-

tuição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade;

- Após o trabalho de análise e interpretação, o conjunto de informações obtido possibilita a formação de uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando as possíveis causas de problemas, assim como possibilidades e potencialidades.

As Orientações Gerais para Avaliação não devem ser consideradas um instrumento de simples checagem ou verificação, ou, até mesmo quantificação.

No que concerne à avaliação externa a ser realizada nas instituições de educação superior, esta deve ser coerente com a dimensão interna, constituindo-se como um fundamental instrumento cognitivo, crítico e que organiza as ações da instituição e do Ministério da Educação (MEC). A avaliação institucional externa será desenvolvida por uma comissão de avaliadores, com competência técnica em avaliação, diretamente capacitada pela CONAES. A avaliação externa é formada por duas etapas, a saber: a visita dos avaliadores à instituição; e a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Na primeira etapa, depois de apreciar o relatório de autoavaliação disponibilizado de forma antecipada, cabe aos avaliadores externos manter uma interlocução com os dirigentes, o corpo docente, discente e técnico-administrativo, no intento de conhecer, em maior profundidade, como ocorre o desenvolvimento das atividades na instituição de educação superior.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores passa a elaborar o relatório de avaliação institucional, partindo do relatório de autoavaliação, dos documentos da instituição, das informações resultantes dos diferentes processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), das consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES), juntamente com a realização de entrevistas entre outras tarefas desenvolvidas durante a visita.

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo a autoavaliação e a avaliação externa, expressos no relatório construído pela comissão de avaliação, deverão ser encaminhados a CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo.

## **2.5 Avaliação dos cursos de graduação**

A realização da avaliação dos cursos de graduação é função de Comissões Externas de Avaliação de Cursos, designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e formadas por especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento, cadastrados e capacitados pelo INEP (Art. 18, Portaria nº 2.051 de 9 de julho de 2004) (BRASIL, 2004b).

Em relação às Comissões Externas de Avaliação dos Cursos, cabe acrescentar o Art. 20 da Portaria nº 2.051/2004:

Art. 20. As Comissões Externas de Avaliação de Cursos terão acesso antecipado aos dados, fornecidos em formulário eletrônico pela IES, e considerarão também os seguintes aspectos:

- I. o perfil do corpo docente;
- II. as condições das instalações físicas;
- III. a organização didático-pedagógica;
- IV. o desempenho dos estudantes da IES no ENADE;
- V. os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;
- VI. os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das Instituições e Cursos; e
- VII. outros considerados pertinentes pela CONAES.

A avaliação dos cursos de graduação será realizada por meio de diversos instrumentos, cujo conteúdo deve ser definido com o apoio de Comissões Assessoras de Área, designadas pelo INEP (Art. 19, Portaria nº 2.051/2004).

Em virtude da recente expansão dos cursos de graduação de ensino a distância, o Art. 21, da Portaria nº 2.051/2004, prevê também a avaliação da modalidade de educação à distância. A periodicidade das avaliações dos cursos de graduação será definida em função das exigências legais para reconhecimento e renovação de reconhecimento.

No que diz respeito à realização de avaliações para fins de autorização de cursos de graduação, o Art. 22, da Portaria nº 2.051/2004, dispõe que estas serão de competência da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), devendo ser efetuadas conforme as diretrizes estabelecidas pela CONAES, a partir de propostas apresentadas pela SESu e pela SEMTEC.

## **2.6 Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE)**

Integrando o sistema de avaliação de cursos e instituições, a avaliação do desempenho dos alunos de ensino superior visa acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, bem como suas habilidades para ajustamento às exigências resultantes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas relacionados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Art. 23, Portaria nº 2.051/2004) (BRASIL, 2004b).

O CONAES tem a função de submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos, cujos estudantes serão aplicados o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (Art. 3º, Portaria nº 2.051/2004). O ENADE deve ser desenvolvido com o apoio técnico das Comissões Assessoras de Área.

A aplicação do ENADE dar-se-á periodicamente, admitindo-se o emprego de procedimentos amostrais em relação aos estudantes do final do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, que serão selecionados a cada ano, para participarem do exame. A definição dos critérios e procedimentos técnicos para a aplicação do ENADE é função do INEP (Art. 25, Portaria nº 2.051/2004).

A Lei nº 10.861, de 2004, em seu Art. 5º, § 1º, dispõe que (BRASIL, 2004a):

O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

A inscrição, junto ao INEP, de todos os estudantes habilitados a participarem do ENADE será de responsabilidade do Dirigente da instituição de educação superior (Art. 27, Portaria nº 2.051/2004) (BRASIL, 2004b). Cabe destacar que a não inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções (Art. 5º, § 7º, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) (BRASIL, 2004a).

Os alunos que não foram selecionados nas amostras definidas pelo INEP poderão participar do ENADE, desde que cumpram o requisito de estar no final do primeiro ou último ano do curso, e que realizem a inscrição forma através de requerimento junto à coordenação do seu respectivo cursos, em prazo máximo de sete dias a contar da data de divulgação da lista dos estudantes selecionados na amostragem do INEP (Art. 7º, Portaria nº 107, 22 de julho de 2004) (BRASIL, 2004c).

Acerca desse assunto cabe acrescentar os Arts. 28 e 29, da Portaria nº 2.051/2004 (BRASIL, 2004b):

Art. 28. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo o registro de participação condição indispensável para a emissão do histórico escolar, independentemente do estudante ter sido selecionado ou não na amostragem.

§ 1º O estudante que não for selecionado no processo de amostragem terá como registro no histórico escolar os seguintes dizeres: “dispensado do ENADE pelo MEC nos termos do Art. 5º da Lei no 10.861/2004” (BRASIL, 2004a).

§ 2º O estudante que participou do ENADE terá como registro no histórico escolar a data em que realizou o Exame.

Art. 29. Quando da utilização de procedimentos amostrais, só serão considerados, para-fins de avaliação no âmbito do SINAES, os resultados de desempenho no ENADE dos estudantes que fizerem parte do conjunto selecionado na amostragem do INEP.

§1º Os resultados do ENADE serão expressos numa escala de cinco níveis e divulgados aos estudantes que integraram as amostras selecionadas em cada curso, às IES participantes, aos órgãos de regulação e à sociedade em geral, passando a integrar o conjunto das dimensões avaliadas quando da avaliação dos cursos de graduação e dos processos de autoavaliação.

§ 2º A divulgação dos resultados individuais aos estudantes será feita mediante documento específico, assegurado o sigilo nos termos do § 9º do Art. 6º da Lei nº 10.861 de 2004 (BRASIL, 2004a).

Os instrumentos que serão aplicados anualmente pelo INEP aos cursos selecionados para participar do ENADE são os seguintes: questionário socioeconômico aplicado aos alunos para compor o perfil dos estudantes do primeiro e do último ano do curso; e questionário aplicado aos coordenadores, com o fim de reunir informações que contribuam para a definição do perfil do curso. Parágrafo único. Ambos os questionários, integrantes do sistema de avaliação, deverão estar articulados com as diretrizes definidas pela CONAES (Art. 30, Portaria nº 2.051/2004) (BRASIL, 2004b).

A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal (Art. 5º, § 3º, Lei nº 10.861). A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, partindo-se dos padrões mínimos determinados por especialistas das diferentes áreas do conhecimento (Art. 5º, § 8º, Lei nº 10.861) (BRASIL, 2004a).

A avaliação será efetuada por intermédio da aplicação de uma prova única, sendo que tanto os estudantes do final do primeiro, quanto os do último ano do curso terão até quatro horas para resolver a prova, construída de forma a possibilitar a análise do valor agregado em relação às competências, habilidades, conhecimentos gerais e conteúdos profissionais específicos, durante sua formação (Art. 3º, § único, Portaria nº 107/2004) (BRASIL, 2004c).

Também a Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004, em seu Art. 1º dispõe que o “Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), [...] será aplicado a uma amostra de estudantes de cada curso, nas áreas selecionadas a cada ano, garantida uma nova aplicação em tais áreas em um prazo máximo de três anos”.

A guisa de conclusão cumpre destacar, que os alunos que obtiverem melhor desempenho no ENADE receberão estímulos por parte do MEC, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra maneira de reconhecimento da excelência desses alunos, incentivando a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação (Art. 5º, § 10º, Lei nº 10.861).

### **3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A diversificação da educação superior pressupõe a estruturação de um sistema de avaliação que acompanhe a evolução dessa educação, assegurando a vigência da qualidade. Em outros termos, a avaliação representa um pressuposto para a expansão da educação superior com qualidade e funcionalidade.

O termo avaliação recebe diversos conceitos, mas, simplificada, pode-se dizer que a avaliação no campo educacional compreende um processo de medição de conhecimentos que deve visar à identificação de falhas no processo de ensino, para que estas possam ser corrigidas. A avaliação pode medir também até que ponto os objetivos educacionais foram realmente alcançados.

O Programa de Avaliação Institucional (PAIUB) define a avaliação como um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico. É um instrumento para o planejamento da gestão universitária e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade. Para tanto é preciso acompanhar de forma metódica, as ações com o fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas.

A avaliação no ensino superior é fundamental para que se identifique se realmente estão sendo formados profissionais e cidadãos comprometidos com a transformação social. Portanto, o processo de avaliação educacional como um todo deve originar indicadores da qualidade formal e da política do ensino praticado nas instituições de ensino.

A partir da perspectiva do SINAES, a avaliação das instituições de educação superior possui caráter formativo e objetiva o aperfeiçoamento dos integrantes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Para tanto, esse novo sistema de avaliação pressupõe a participação efetiva de toda a comunidade interna, além da contribuição de atores externos do entorno institucional. Como consequência desse processo tem-se a construção de uma cultura de avaliação permanente que permite uma constante atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidade acadêmica e social.

A partir da exposição efetuada durante a realização deste estudo infere-se que o objetivo geral foi alcançado, uma vez que se investigou se o modelo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, pauta-se pela Política Jurídica.

Ademais, a partir dos objetivos, metas e instrumentos do SINAES confirmam-se as hipóteses estabelecidas no início deste estudo.

Por conseguinte, a constituição do SINAES realmente se pauta pelo princípio holístico e se impulsiona pela ética, usufruindo o *status* de medida de Política Jurídica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004a**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/10861.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004b**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA\\_2051.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf). Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004c**. SINAES e ENADE – disposições diversas. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/download/superior/enade/portaria\\_107.doc](http://www.inep.gov.br/download/superior/enade/portaria_107.doc). Acesso em: 17 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 11 jul. 2018.

CONAES. **Relatório de atividades da comissão nacional de avaliação da educação superior (CONAES) – julho a dezembro de 2004**. 2004a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conaes\\_rel2004.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conaes_rel2004.pdf). Acesso em: 11 jul. 2018.

CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. 2004b. Disponível em: [http://www.univap.br/cpa/doc\\_invep/Diretrizes%20CPA.doc](http://www.univap.br/cpa/doc_invep/Diretrizes%20CPA.doc). Acesso em: 8 ago. 2018.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília: Inep, 2015a.

INEP. **Processo de avaliação**. [atualizado em 10 out. 2015b]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/processo-de-avaliacao>. Acesso em: 18 out. 2018.

MELO, O. F. **Dicionário de política jurídica**. Florianópolis: OAB – SC, 2000.

\_\_\_\_\_, O. F. **Fundamentos da Política Jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1994.

\_\_\_\_\_, O. F. **Temas Atuais de Política do Direito**. Porto Alegre Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

RISTOFF, D. I.; MENDES, J. L.; SIQUEIRA, D. Anexo – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 269 - 74, set. 2003.

SALDANHA, Nelson. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

VALLE, B. B. R. (coord.). **Políticas públicas em educação**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Atenção Básica 161, 177, 183, 190, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 223, 237, 245

Atenção Psicossocial 156, 160, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190

Auditoria 173, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Avaliação 6, 8, 13, 16, 19, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 76, 82, 96, 106, 107, 118, 133, 150, 164, 165, 170, 171, 173, 176, 182, 185, 196, 202, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 246, 247, 251

### C

Capacitação 8, 14, 19, 52, 72, 102, 111, 129, 152, 165, 167, 170, 171, 172, 176, 185, 188, 193, 196

Ciclo de Vida 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214

Competência Linguístico-Comunicativa 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Controle Interno 223, 224, 226, 227, 229, 230

Criança 241, 242, 244, 248

Cultura 15, 17, 34, 35, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 61, 142, 143, 148, 161, 174, 180, 209, 235

### D

Deficiência Intelectual 1, 2, 3, 6, 8, 9

Desempenho 5, 6, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 92, 101, 124, 169, 174, 175, 176, 180, 203, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 251

Docente 6, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 32, 52, 53, 56, 57, 58, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 127, 131

### E

Educação 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 37, 46, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 86, 87, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 115, 122, 129, 156, 174, 175, 180, 181, 190, 221, 229, 249, 251

Educação Básica 12, 14, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 99, 100, 106, 180, 181

Ensino 1, 3, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 49, 57, 63, 65, 71, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 111, 127, 133, 156

Ensino Médio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 41, 42, 49, 83, 103, 127, 180

Ensino Superior 26, 27, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 80, 82, 98, 100, 105, 108, 109, 156

Equipamentos Coletivos 156, 159, 161

Equipe Multiprofissional 191, 194, 195, 197

Escola 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 99, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 144, 182, 231, 232, 251

Estado 11, 14, 17, 20, 26, 29, 35, 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 106, 111, 112, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 137, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 191, 192, 193, 204, 206, 209, 215, 217, 220, 223, 225, 239, 245

Evasão Escolar 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32

## **F**

Formação Continuada 12, 13, 15, 16, 19, 20, 100, 102, 104, 127, 129, 132

Formação de Professores 11, 12, 13, 15, 98, 110, 112, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 132

Fotografia 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Fotjornalismo 134, 135, 136

## **G**

Geografia 73, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 251

Gestão 20, 49, 75, 76, 78, 85, 96, 97, 103, 105, 156, 165, 166, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 205, 206, 219, 251

Gestão por Resultados 76, 85, 90, 174, 175, 176, 177, 180, 181

## **H**

Homem 45, 115, 117, 139, 200, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 248

Hospitais 161, 168, 169, 176, 177, 214, 225

## **M**

Microcefalia 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Monitoramento 65, 73, 74, 174, 176, 177, 185, 212, 223, 224, 225, 229

Monitoria 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

## **N**

Núcleo de Apoio à Saúde da Família 191, 192, 193, 197, 199, 202

## P

Pacto pela Educação 174, 175

Pacto pela Saúde 174, 175, 176, 203, 205, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Pagamento por Desempenho 203, 205, 214, 216, 217, 218

PIBID 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121

Planejamento 10, 54, 61, 75, 78, 84, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 175, 176, 189, 199, 200, 202, 224, 227, 229, 246

PNAISH 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

PNE 20, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74

Política Pública 88, 93, 111, 112, 162, 174, 176, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 239, 242, 245, 246, 249

Professor 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 70, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 118, 123, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 251

Proficiência Linguística 122, 124, 130

## S

Saneamento Básico 165, 242, 245, 246, 248, 249, 250

Saúde 11, 37, 95, 96, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 248, 250

Saúde Mental 156, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196

Saúde Pública 155, 168, 176, 182, 192, 200, 217, 220, 234, 236, 240, 243, 249

Segregação Socioespacial 156, 157, 159, 162, 164, 165

Serviços de Saúde 150, 152, 160, 161, 162, 163, 169, 174, 176, 178, 180, 188, 192, 195, 203, 205, 214, 216, 217, 218, 231, 234, 235, 237, 238, 239, 240

Sinais 5, 49

Sistemas de Informação 95, 167, 169, 170, 171, 172

Stakeholder 78, 83, 84

SUS 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 237, 238, 239, 240, 244, 245

## **T**

Tecnologia Assistiva 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Terapeuta Ocupacional 1, 3, 4, 7, 8, 10, 11

## **U**

Universidade 1, 5, 6, 9, 10, 11, 20, 48, 49, 63, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 111, 112, 118, 120, 121, 124, 129, 130, 133, 134, 156, 160, 182, 191, 223, 231, 232, 248, 251

## **Z**

Zika Vírus 242, 243, 245, 248, 249

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 